



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Tribunal Superior do Trabalho	
PREGÃO N.º 008/2006	
(Regido pela Lei n.º 10.520/2002, pelo Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, pelas Leis 8.078/90, Lei 8.666/93, 9.784/99 e suas alterações)	
Setor:	SRLCA – Serviço de Licitações e Contratos
Tipo:	Menor Preço
Objeto:	Contratação de empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios para o exercício de 2007
SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	
Dia:	29(vinte e nove) de novembro de 2006
Hora:	15 horas
Local:	SAFS, quadra 8, lote 1, 3º andar, sala 316, Sala de Licitações
LOCAL, DIAS E HORÁRIOS PARA LEITURA OU OBTENÇÃO DESTE EDITAL	
Dia:	Segunda a sexta-feira
Hora:	Das 12h às 18h
Local:	SAFS, quadra 8, lote 1, 3º andar, sala 316, Sala de Licitações
CUSTO DO EDITAL IMPRESSO R\$ 0,15 (quinze centavos) p/ página)	

ACOMPANHE ESTA LICITAÇÃO NA INTERNET PELA PÁGINA <http://www.tst.gov.br>

RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET
RETIRE O EDITAL GRATUITO ACESSANDO A PÁGINA http://www.tst.gov.br
Em caso de divergências entre os editais distribuídos no TST e disponíveis na Internet, prevalecerá o edital distribuído no Órgão com as respectivas assinaturas. Informações adicionais podem ser obtidas junto à CPL, no SAFS Quadra 8 Lote 1, 3º andar, sala 316, Brasília ou através do telefone (61)3314-4026 ou cpl@tst.gov.br

Pregão n.º 008/2006		
Razão Social:		
Endereço:		
Fone:	Fax:	Data:
Recebido e conferido por:		Rubrica:

Serviço de Licitações e Contratos - TST
Processo n.º 88.646/2006-8



1. Objeto da Licitação

1.1. O objeto deste certame é contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios para o exercício de 2007, abaixo relacionados, nos termos e condições constantes na minuta de contrato em anexo:

ITEM	SUBITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	CONSUMO ANUAL	CONSUMO SEMANAL
1	1.1	Adoçante líquido, estévia, dietético – frasco 100 ml	Unidade	520	10
	1.2	Água Mineral, com gás, garrafa de vidro 500 ml	Garrafa	4992	96
	1.3	Amido, milho, caixa 1 Kg	Kg	104	2
	1.4	Aveia, flocos finos, 1 ano, caixa 500 g	Caixa	52	1
	1.5	Biscoito, quadrado, salgado, água e sal pacote 200G	Pacote	520	10
	1.6	Café, Capuccino solúvel, pó, comum	lata	520	10
	1.7	Chá de boldo, caixa 45g	Caixa	520	10
	1.8	Chá de camomila caixa 45g	Caixa	520	10
	1.9	Chá de hortelã caixa 45g	Caixa	520	10
	1.10	Chá de maçã caixa 45g	Caixa	520	10
	1.11	Chocolate granulado 100 g	Pacote	104	2
	1.12	Coco ralado 100g	Pacote	156	3
	1.13	Creme de leite 300g	Lata	260	5
	1.14	Farinha de trigo, 1 kg	Kg	520	10
	1.15	Fermento Bio. p/3, tablete 250 g	Unidade	104	2
	1.16	Fermento em pó, 100g	Lata	208	4
	1.17	Fubá, pó fino, isento de sujidade, mofo e fermentação, amarela, milho 1Kg	Kg	104	2
	1.18	Gelatina, alimentícia, comum, sem sabor, pó, pacote 85g	Caixa	52	1
	1.19	Gelatina, variado, sobremesa, dietético, pó, sem adição de açúcar, dextrose, glicose e sacarose, 12 g	Caixa	520	10
	1.20	Granola, pacotes de 500g	Pacote	156	3
	1.21	Iogurte, leite desnatado, dietético com polpa de fruta natural, sem adoção de açúcar, diversos garrafa 01 litro	Garrafa	156	3



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

**Pregão n.º 008/2006 – Pág. 3
Versão: 30/08/2006 18:00**

1.22	Leite condensado, leite integral/açúcar/leite em pó integral e lactose, 1 ano	Lata	520	10
1.23	Leite coco, integral, leite de coco/benzoato sódico/caboximetilcelulose, 200ml –1 ano	Vidro	104	2
1.24	Leite de vaca, in natura, embalagem tetra brik (caixinha), integral, 120 d, ambiente seco e arejado – caixa de 1 litro	Unidade	3744	72
1.25	Manteiga, sal, tablete 200g	Unidade	260	5
1.26	Margarina, óleos vegetais polissaturados, com sal, lecitina de soja, ácido cítrico, sorbato de potássio, ácido cítrico – 1 kg	Unidade	104	2
1.27	Pão de forma, Farinha trigo/fermento/Sal/Açúcar/margarina e água, fatiado, pacote de 500g	Pacote	416	8
1.28	Pão, integral, farinha de trigo integral, farinha de trigo comum, sem adição de açúcar e sem gordura, fatiado Pacote 500g	Pacote	104	2
1.29	Suco, polpa congelada, Acerola, natural embalagem plástica com 100g	Unidade	780	15
1.30	Suco, polpa congelada, Caju, natural embalagem plástica com 100g	Unidade	780	15
1.31	Suco, polpa congelada, Goiaba, natural embalagem plástica com 100g	Unidade	780	15
1.32	Suco, polpa congelada, Manga, natural embalagem plástica com 100g	Unidade	780	15
1.33	Povilho doce, amilácio mandioca, fécula pacote de 1 kg	Kg	364	7
1.34	Queijo curado – ralado para pão de queijo – 1 Kg	kg	520	10
1.35	Queijo , 0 a 10°C, frescal 500g	Unidade	364	7
1.36	Queijo, leite, 0 a 10°C, parmesão ralado pacote 100g	Pacote	260	5



1.37	Refrigerante, água gasosa/xarope, guaraná, garrafa Pet 600	Garrafa	2080	40
1.38	Suco, líquido, Abacaxi, natural concentrado garrafa 500ml	Garrafa	156	3
1.39	Suco, líquido, Goiaba, natural concentrado garrafa 500ml	Garrafa	156	3
1.40	Suco, líquido, Maracujá, natural concentrado garrafa 500ml	Garrafa	156	3
1.41	Suco, líquido, Uva, natural concentrado garrafa 500ml	Garrafa	156	3
1.42	Torrada, açúcar, farinha de trigo, sal e soro de leite pacote 160 g	Pacote	104	2

- 1.2. O fornecimento obedecerá o seguinte procedimento:
- 1.2.1. O prazo de validade dos produtos, em cada fornecimento, deverá ser suficiente para garantir o seu integral consumo.
 - 1.2.2. O Contratante poderá efetuar pedido de fornecimento sempre que julgar necessário o abastecimento da despesa, não estando obrigado a incluir todos os produtos supracitados, respeitando, porém, o pedido mínimo por fornecimento preestabelecido para cada subitem
 - 1.2.3. Para cada pedido de fornecimento será expedida uma Ordem de Serviços, por escrito, com a respectiva data de emissão e prazo para entrega, em 02 (duas) vias de igual teor, assinada pelo representante do Contratante;
 - 1.2.4. Em cada fornecimento serão entregues, ao servidor do TST incumbido de buscá-los, as quantidades solicitadas dos produtos relacionados na Ordem de Fornecimento.
 - 1.2.5. O fornecimento será realizado por demanda, de acordo com as necessidades do contratante.
 - 1.2.6. A quantidade acima especificada para o consumo durante o exercício de 2007 é estimada, podendo variar para mais ou para menos.

2. Condições para Participação

- 2.1. Poderão participar deste pregão, os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.
- 2.2. Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no país, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com



a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Tribunal Superior do Trabalho.

3. Credenciamento dos Representantes

- 3.1. Os proponentes deverão se apresentar para credenciamento junto ao pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.
- 3.2. O credenciamento far-se-á através de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4. Forma de Apresentação da Proposta

- 4.1. As propostas deverão ser datilografadas ou impressas por qualquer processo eletrônico, preferencialmente em papel timbrado do proponente, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo estar rubricadas e a última folha assinada por representante legal da empresa, e consignar:
 - 4.1.1. O CNPJ e a Razão Social do proponente.
 - 4.1.2. Preços unitários e preço total, expressos em reais, incluindo todos os impostos, taxas, frete e demais encargos, compondo Planilha de Formação de Preços que deverá conter todos os elementos essenciais do modelo em anexo a este edital.
 - 4.1.3. Marca, modelo e referência que bem identifique o produto *industrializado* cotado, ficando o proponente, em caso de omissão, obrigado a fornecer o bem da marca indicada pelo TST.
- 4.2. Caso o licitante omita a cotação de qualquer subitem, o pregoeiro atribuirá a este o valor da maior cotação válida, com as respectivas características, **desde que tenha sido cotado pelo menos 80% dos subitens.**
- 4.3. O prazo de entrega da quantidade do produto solicitada não poderá ser superior a 24 (vinte e quatro) horas contadas da ordem de fornecimento. Caso tal prazo seja



omitido ou seja superior ao máximo estipulado, o pregoeiro o entenderá como sendo igual ao máximo permitido.

- 4.4. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 120 (cento e vinte) dias corridos. As propostas que omitirem ou indicarem prazo de validade inferior ao mínimo permitido serão entendidas como válidas pelo período de 120 (cento e vinte) dias corridos.
- 4.5. Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este fica impedido de participar da presente licitação, correspondendo a simples apresentação da proposta a indicação, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei 8.666/93.
- 4.6. Solicita-se também que as empresas participantes informem se são optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES. A falta desta informação corresponderá em resposta negativa, o que não implica na desclassificação dos licitantes.
- 4.7. Serão também desclassificadas aquelas propostas que:
 - 4.7.1. Contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação.
 - 4.7.2. Não atendam às exigências deste edital.

5. Critério de Aceitabilidade dos Preços

- 5.1. Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes, excessivos ou inexequíveis.
 - 5.1.1. O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação.

6. Sessão Pública para Recebimento das Propostas e dos Documentos de Habilitação

- 6.1. A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preço de interesse do proponente e os documentos que a instruírem, será pública, dirigida por um Pregoeiro e realizada de acordo com Regulamento da Licitação na Modalidade Pregão aprovado pelo Decreto n.º 3.555, publicado no DOU de 09/08/2000, e em conformidade com este Edital e seus anexos, na data, local e horário indicados na capa deste edital.
- 6.2. Na mesma data, local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados



deverão comprovar, através de instrumento próprio, poderes para formulação de ofertas e lances verbais, nos termos do art. 11, inciso IV, do Regulamento acima referido, e para a prática dos demais atos do certame, conforme anteriormente disposto neste Edital.

- 6.3. Declarada a abertura da sessão pelo pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, passando-se imediatamente ao recebimento dos envelopes contendo, **em separado**, as propostas de preço e os documentos de habilitação, em envelopes opacos, lacrados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

Tribunal Superior do Trabalho
Razão Social da Empresa
Número da Licitação
Data e Hora
Envelope N° 01 - Proposta de Preço

Tribunal Superior do Trabalho
Razão Social da Empresa
Número da licitação
Data e Hora
Envelope N° 02 - Documentação

- 6.4. Não será admitida a entrega de apenas um envelope, procedendo-se, em seguida, à abertura dos envelopes contendo as propostas de preço, que serão conferidas e rubricadas.
- 6.5. Caso o envelope com a indicação externa "PROPOSTA DE PREÇO" não possua o conteúdo exigível neste procedimento licitatório, estará o licitante automaticamente excluído, independentemente do conteúdo do outro envelope.
- 6.6. A impugnação de interessados contra as ofertas e os documentos apresentados por concorrentes deverá ser feita nessa reunião, exclusivamente pelas pessoas credenciada para representar as empresas em nome das quais pretendam registrar as impugnações.

7. Julgamento das Propostas

- 7.1. Serão proclamados, pelo pregoeiro, os proponentes que apresentarem as propostas de **menor preço total**, definido no objeto deste edital e seus anexos, e as propostas com preços até 10% superiores àquele, ou as propostas das 3 (três) melhores ofertas, conforme disposto no inciso VIII e IX do artigo 4º da Lei 10.520/2002 e art. 11, incisos VI e VII, do Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão.



- 7.2. Aos proponentes proclamados conforme o item anterior será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes.
- 7.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital.
- 7.4. Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas definidas no objeto deste edital e seus anexos, exclusivamente pelo critério de **menor preço total da proposta**.
- 7.5. Em seguida o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto definido neste edital e seus anexos e valor, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.6. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento, pelo proponente que a tiver formulado, das condições habilitatórias com base:
 - a) nos dados cadastrais porventura existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão;
 - b) na documentação apresentada pelo licitante na mesma sessão, quando for o caso.
- 7.7. Constatado o atendimento pleno das exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo a adjudicação do objeto definido neste edital e seus anexos efetuada **globalmente**.
- 7.8. Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências do ato convocatório, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital e seus anexos.
- 7.9. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e os proponentes presentes.
- 7.10. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, a proposta será desclassificada.
- 7.11. Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na proposta específica, prevalecerão as da proposta.
- 7.12. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no objeto deste edital e seus anexos.
- 7.13. No caso de empate entre duas ou mais propostas o desempate se fará,



obrigatoriamente, por sorteio.

- 7.14. O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 7.15. Caso exista algum fato que impeça a participação de algum licitante, ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, este será desclassificado do certame, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 7.16. A empresa vencedora obriga-se, se necessário, a fornecer no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da reunião de abertura das propostas, nova Planilha de Formação de Preços com a recomposição dos preços unitários e totais.**

8. Habilitação dos Licitantes

- 8.1. Os documentos de habilitação deverão ser entregues em envelope separado, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme indicado neste edital.
- 8.2. Para participar da presente licitação o licitante deverá apresentar toda a documentação comprobatória da necessária qualificação no que se refere à:
- a) habilitação jurídica;
 - b) regularidade fiscal;
 - c) qualificação econômica e financeira;
 - d) qualificação técnica;
 - e) cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 8.3. A **habilitação jurídica** será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 8.3.1. Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;
 - 8.3.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;
 - 8.3.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente acompanhada, no caso de



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

**Pregão n.º 008/2006 – Pág. 10
Versão: 30/08/2006 18:00**

- sociedades civis, de prova da diretoria em exercício;
- 8.3.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.4. A **regularidade fiscal** será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
- 8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 8.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, através de certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de:
- 8.4.3.1. certidão de quitação de tributos federais, neles abrangidas as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal;
- 8.4.3.2. certidão quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional - Ministério da Fazenda;
- 8.4.3.3. certidão negativa expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal;
- 8.4.3.4. certidão negativa expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber.
- 8.4.4. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, alínea "a", Lei n.º 8.036. de 11/05/90) através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS.
- 8.4.4.1. Caso a empresa licitante não apresente o CRF, poderá o pregoeiro proceder à consulta na Base de dados da Caixa Econômica Federal, através da Internet, para verificação de sua regularidade.
- 8.4.5. Comprovação de que a empresa detém situação regular perante o INSS, na forma exigida pela Constituição Federal, em seu artigo 195, parágrafo 3º com a apresentação da CND - Certidão Negativa de Débitos.
- 8.4.5.1. Caso a empresa licitante não apresente a CND, poderá o pregoeiro proceder a consulta a Base de dados da Previdência, através da



Internet para verificação de sua regularidade, na forma da OS do INSS n.º 207 de 8 de abril de 1999.

8.5. A **qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

8.5.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.5.2. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, em que sejam nomeados os valores do ativo circulante (AC) e do passivo circulante (PC), de modo a extrair-se Índice de Liquidez Corrente (ILC) superior a **1 (um)**.

8.5.2.1. As empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um), no índice referido no item anterior, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, patrimônio líquido mínimo no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais

8.5.2.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial ou;
- b) publicados em jornal de grande circulação ou;
- c) registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou;
- d) por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, na forma da IN n.º 65 do Departamento Nacional do Registro do Comércio – DNRC de 01 de agosto de 1997, art. 6º, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento. Quando for apresentado o original do Diário, para cotejo pelo pregoeiro, fica dispensada a inclusão na documentação dos seus Termos de Abertura e de Encerramento do Livro em questão.

8.5.2.3. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de



Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

- 8.6. **A qualificação técnica** será comprovada mediante:
- 8.6.1. Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto dessa licitação.
- 8.6.1.1. Comprova essa aptidão a apresentação de pelo menos um atestado de Capacidade Técnica que indique que a empresa presta os serviços de fornecimento de gêneros alimentícios.
- 8.7. **O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal** será comprovado mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão-de-obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional.
- 8.8. Disposições gerais sobre habilitação:
- 8.8.1. Para confirmação da qualificação técnica das empresas o pregoeiro poderá, a seu critério e sem comunicação prévia, visitar as instalações da proponente, devendo na ocasião ser comprovadas as informações documentais.
- 8.8.2. Serão excluídas da licitação, em qualquer tempo, as empresas que não comprovarem as informações documentais por ocasião da visita que se lhes fizer às instalações.
- 8.8.3. Caso a empresa licitante deixe de apresentar alguma certidão expedida por órgão da administração fiscal e tributária solicitada neste edital, antes de realizar o julgamento da documentação poderá o pregoeiro, com a finalidade de suprir a omissão, proceder a consulta através da Internet para verificação de sua regularidade, observado o disposto na legislação pertinente (Lei n.º 10.522/02).
- 8.8.4. Os licitantes **poderão deixar de apresentar os documentos** referentes a **HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA e REGULARIDADE FISCAL**, desde que **estejam em situação regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF**.
- 8.8.5. A regularidade do cadastramento e da habilitação parcial do licitante que optar por prestar suas informações mediante o SICAF, será confirmada por meio de consulta *on line*, quando da abertura dos envelopes contendo a documentação.



- 8.8.6. Caso o licitante seja inabilitado por conta de irregularidade constatada quando da consulta no SICAF, e comprovar, exclusivamente mediante apresentação do formulário de Recibo de Solicitação de Serviço (Anexo III da IN MARE n.º 05/95), ter entregue a documentação à sua Unidade Cadastradora no prazo regulamentar, o pregoeiro suspenderá os trabalhos e comunicará o fato ao Órgão Gestor do SICAF, aguardando orientação para prosseguimento.
- 8.8.7. Os documentos exigidos neste procedimento poderão ser apresentados em original, por meio de cópias autenticadas por cartório competente ou servidor da administração, ou cópias simples acompanhadas dos originais para cotejo no ato da apresentação.
- 8.8.8. A validade dos documentos será a expressa em cada qual, ou estabelecida em lei, admitindo-se como válidos, no caso de omissão, aqueles emitidos a menos de 90 (noventa) dias.
- 8.8.9. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 8.8.10. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, poderá o pregoeiro, a seu juízo, considerar o proponente inabilitado.
- 8.8.11. Documentos apresentados com a validade expirada, não sendo a falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente.

9. Instruções e Normas para Impugnação do Edital e Interposição Recursos

- 9.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.
 - 9.1.1. A apresentação de impugnação contra o presente edital será processada e julgada na forma e nos prazos previstos no art. 12 do Regulamento da Licitação na Modalidade de Pregão, devendo ser entregue diretamente ao pregoeiro, no Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 8, Lote 1, Bloco A, 3º andar, sala 316.
 - 9.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



- 9.2. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.
- 9.3. Dos atos do pregoeiro neste processo licitatório cabe recurso, a ser interposto no final da sessão pública, com registro em ata da síntese das suas razões e contra-razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis.
- 9.4. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 9.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.6. Se não reconsiderar sua decisão o pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.
- 9.7. Os memoriais dos recursos e contra-razões deverão dar entrada no Serviço de Licitações e Contratos do TST, sito no SAFS Quadra 8, lote 1, Bloco A, 3º andar, sala 316.
- 9.8. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados no mesmo local indicado no item anterior.

10. Prazos e Condições para Assinatura do Contrato

- 10.1. Após homologado o resultado desta licitação, o TST convocará a empresa adjudicatária para a assinatura do instrumento contratual correspondente e a retirada da respectiva nota de empenho.
- 10.2. A convocação de que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TST, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 14 do Regulamento aprovado pelo Decreto 3.555/2000.
- 10.3. A assinatura do contrato e a entrega da nota de empenho respectiva ficará diretamente condicionada - como solenidade de tratamento recíproco - ao ato formal de assinatura do respectivo contrato, cabendo à empresa, para tanto:
 - 10.3.1. Fazer-se representar por profissional devidamente habilitado a examinar - comparando - a minuta com o instrumento obrigacional definitivo;
 - 10.3.2. Autorizar o seu representante, não havendo divergência entre os documentos cotejados, a firmar em seu nome o referido contrato.
- 10.4. O exame a que alude o item anterior dar-se-á no recinto do Tribunal, podendo ser



utilizado todo o tempo necessário à análise e conferência das peças mencionadas, inclusive, se preciso, fora do expediente normal de trabalho.

- 10.5. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do contrato que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.
- 10.6. Ao assinar o instrumento contratual e retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer os serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.
- 10.7. É facultado ao TST, quando o proponente vencedor não apresentar situação regular no ato de assinatura do contrato, ou recusar-se a assiná-lo ou a retirar a nota de empenho no prazo e nas condições estabelecidas, ou ainda quando o TST rescindir o contrato por inadimplência, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste edital.

11. Vigência do Contrato

- 11.1. O prazo de vigência do contrato será da data da sua assinatura até o término do exercício financeiro de 2007, tendo validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.
- 11.2. Referido prazo terá início e vencimento em dia de expediente, devendo excluir-se o primeiro e incluir o último.

12. Condições de Recebimento do Objeto da Licitação

- 12.1. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da lei 8.666/93 modificada pela lei 8.883/94, mediante recibo, o objeto da presente licitação será recebido:
 - 12.1.1. **provisoriamente**, imediatamente após efetuada cada fornecimento, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações.
 - 12.1.2. **definitivamente**, em até 3 (três) dias úteis.
- 12.2. Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a contratada a substituí-los no prazo assinado pela FISCALIZAÇÃO, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao



prazo de entrega.

- 12.3. Caso haja rejeição total ou parcial da entrega, a contratada será notificada, mediante ofício, estando obrigada a substituir os itens em desconformidade no prazo fixado pela fiscalização, ficando suspenso o pagamento até que sanada a situação.
- 12.4. Independentemente da aceitação definitiva, a Contratada garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva validade pelo produtor ou fornecedor, obrigando-se a repor aquele impróprio para o consumo, desde que a deterioração do item não tenha ocorrido por guarda, emprego ou manuseio indevidos.

13. Fiscalização da Execução Contratual

- 13.1. A execução das obrigações contratuais integrantes desta licitação serão fiscalizados, conforme o caso, por um servidor ou por uma comissão composta de, no mínimo, 3 (três) servidores, doravante denominada FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer, como representante da Administração do TST, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.
 - 13.1.1. Exercer permanente fiscalização da execução dos serviços, por intermédio do Serviço de Apoio Administrativo/SEAD, o qual anotarás, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando as medidas necessárias à regularização das falhas ou defeitos observados.
- 13.2. A contratada não poderá, em hipótese nenhuma, proceder o fornecimento dos produtos sem prévia emissão, pela FISCALIZAÇÃO, da correspondente Ordem de Fornecimento.
- 13.3. Caso seja necessário, um representante da Contratada poderá ser convocado para acompanhar o recebimento dos produtos, sendo a conferência efetuada na presença de testemunhas em caso de não comparecimento;
- 13.4. À fiscalização compete, entre outras atribuições:
 - 13.4.1. Encaminhar à Secretaria Administrativa o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à CONTRATADA.
 - 13.4.2. Solicitar à contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços.
 - 13.4.3. Acompanhar e atestar mensalmente o recebimento definitivo dos produtos,



indicando as ocorrências de indisponibilidade dos serviços contratados.

- 13.5. A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.

14. Condições de Pagamento

- 14.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em moeda corrente nacional, em até 10 (dez) dias úteis após o último recebimento definitivo, mediante apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pela FISCALIZAÇÃO, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados na legislação em vigor, tais como, IR, CSLL, COFINS e PIS/PASEP.

14.1.1. As notas fiscais e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, no Serviço de Material e Patrimônio, situado no SAFS, quadra 8, lote 1, Bloco A, 4º andar, sala 420.

- 14.2. A retenção dos tributos federais não será efetuada caso o licitante apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que o mesmo é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

- 14.3. Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal, ao INSS e ao FGTS, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

- 14.4. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas previstos neste contrato, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

15. Do Reajuste dos Preços

- 15.1. Os preços ofertados serão fixos e irreeajustáveis.

16. Obrigações da Contratada



- 16.1. Fornecer os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado na proposta. Caso o atendimento não seja feito dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita à multa estabelecida neste edital.
- 16.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos representantes do Contratante, atendendo de imediato as reclamações;
- 16.3. Garantir a qualidade de cada unidade dos produtos fornecidos pelo prazo estabelecido na respectiva validade pelo produtor ou fornecedor, obrigando-se a repor aquele impróprio para o consumo, desde que a deterioração do item não tenha ocorrido por guarda, emprego ou manuseio indevidos;
- 16.4. Substituir, sempre que exigido pelo Contratante, qualquer um dos itens fornecidos que forem julgados prejudiciais ou insatisfatórios;
- 16.5. Indicar ao setor competente do Contratante o responsável pelo fornecimento;
- 16.6. Acatar as instruções e observações que emanem da fiscalização do Contratante, substituindo, sem ônus, qualquer item não aceito;
- 16.7. Cumprir fielmente, na forma especificada na ordem de fornecimento, todas as provisões determinadas;
- 16.8. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm nenhum vínculo empregatício com o TST.
- 16.9. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao TST ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 16.10. Outras obrigações constantes da Minuta de Contrato.
- 16.11. A CONTRATADA não será responsável:
 - 16.11.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
 - 16.11.2. Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste Edital e no Contrato a ser assinado com o TST.
- 16.12. O TST não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

17. Obrigações do TST



- 17.1. O TST, após a retirada da nota de empenho, compromete-se a:
- 17.1.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive, permitir o livre acesso de representantes, prepostos ou empregados da CONTRATADA às dependências do TST.
 - 17.1.2. Exercer permanente fiscalização da execução dos serviços, por intermédio do Serviço de Apoio Administrativo/SEAD, o qual anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando as medidas necessárias à regularização das falhas ou defeitos observados;
 - 17.1.3. Solicitar a imediata substituição de qualquer um dos itens fornecidos que forem julgados prejudiciais ou insatisfatórios;
 - 17.1.4. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
 - 17.1.5. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do contrato para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
 - 17.1.6. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal.
 - 17.1.7. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais.
 - 17.1.8. Outras obrigações constantes da Minuta de Contrato.

18. Sanções para o Caso de Inadimplemento

- 18.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o TST, as Sanções Administrativas aplicadas ao contratado serão :
- 18.1.1. Advertência;
 - 18.1.2. Multa;
 - 18.1.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o TST;
 - 18.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 18.2. O atraso no prazo de fornecimento, implicará na aplicação de multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total da nota de empenho correspondente, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor total.
- 18.2.1. Nesta hipótese, o atraso injustificado por período superior a 30



(trinta) dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos subitens 18.1.3 e 18.1.4 desse edital, como também a inexecução total do contrato.

- 18.3. O descumprimento do prazo para assinatura do contrato e/ou retirada da nota de empenho ou a recusa em aceitá-la implicará na cobrança de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou da nota de empenho e no impedimento para contratar com o TST por período de até 2 (dois) anos, a critério da Administração do TST.
- 18.4. As multas a que se referem os itens anteriores serão descontadas dos pagamentos devidos pelo TST, ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas neste tópico.
- 18.5. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da lei 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação da alegações, ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.
- 18.5.1. A solicitação de prorrogação deverá ser encaminhada com antecedência mínima de 1 (um) dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.
- 18.6. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.
- 18.7. Sempre que não houver prejuízo para o TST, as penalidades impostas poderão ser transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo do TST.
- 18.8. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19. Generalidades



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Pregão n.º 008/2006 – Pág. 21
Versão: 30/08/2006 18:00

- 19.1. O CNPJ do TST é 00.509.968/0001-48.
- 19.2. Esta licitação poderá ser revogada total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência da revogação, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.
- 19.3. Ao contratado poderá ser acrescido ou diminuído o objeto do fornecimento dentro dos limites estabelecidos na lei 8.666/93.
- 19.4. As amostras porventura apresentadas, deverão ser retiradas pelos interessados em até 30 (trinta) dias após a conclusão do procedimento licitatório (homologação, revogação ou anulação). Decorrido esse prazo, não mais poderão ser reclamadas, reservando-se o TST o direito de utilizá-las, doá-las ou simplesmente descartá-las.
- 19.5. **Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação do instrumento convocatório.**
- 19.6. Quaisquer outros elementos necessários ao perfeito entendimento deste edital poderão ser obtidos junto à Serviço de Licitações e Contratos, exclusivamente através do endereço eletrônico cpl@tst.gov.br.
- 19.7. Esta licitação poderá ser acompanhada através da página do TST na Internet, cujo endereço é <http://www.tst.gov.br>.

Brasília, 01 de novembro de 2006

Fabiano de Andrade Lima
Pregoeiro



ANEXO I

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	SUB-ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1.1	Adoçante líquido, estévia, dietético – frasco 100 ml	Unidade	520		
	1.2	Água Mineral, com gás, garrafa de vidro 500 ml	Garrafa	4992		
	1.3	Amido, milho, caixa 1 Kg	Kg	104		
	1.4	Aveia, flocos finos, 1 ano, caixa 500 g	Caixa	52		
	1.5	Biscoito, quadrado, salgado, água e sal pacote 200G	Pacote	520		
	1.6	Café, Capuccino solúvel, pó, comum	lata	520		
	1.7	Chá de boldo, caixa 45g	Caixa	520		
	1.8	Chá de camomila caixa 45g	Caixa	520		
	1.9	Chá de hortelã caixa 45g	Caixa	520		
	1.10	Chá de maçã caixa 45g	Caixa	520		
	1.11	Chocolate granulado 100 g	Pacote	104		
	1.12	Coco ralado 100g	Pacote	156		
	1.13	Creme de leite 300g	Lata	260		
	1.14	Farinha de trigo, 1 kg	Kg	520		
	1.15	Fermento Bio. p/3, tablete. 250 g	Unidade	104		
	1.16	Fermento em pó, 100g	Lata	208		
	1.17	Fubá, pó fino, isento de sujidade, mofo e fermentação, amarela, milho 1Kg	Kg	104		
	1.18	Gelatina, alimentícia, comum, sem sabor, pó, pacote 85g	Caixa	52		
	1.19	Gelatina, variado, sobremesa, dietético, pó, sem adição de açúcar, dextrose, glicose e sacarose, 12 g	Caixa	520		
	1.20	Granola, pacotes de 500g	Pacote	156		
	1.21	Iogurte, leite desnatado, dietético com polpa de fruta natural, sem adoção de açúcar, diversos garrafa 01 litro	Garrafa	156		



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

**Pregão n.º 008/2006 – Pág. 23
Versão: 30/08/2006 18:00**

1.22	Leite condensado, leite integral/açúcar/leite em pó integral e lactose, 1 ano	Lata	520		
1.23	Leite coco, integral, leite de coco/benzoato sódico/caboximetilcelulose, 200ml -1 ano	Vidro	104		
1.24	Leite de vaca, in natura, embalagem tetra brik (caixinha), integral, 120 d, ambiente seco e arejado – caixa de 1 litro	Unidade	3744		
1.25	Manteiga, sal, tablete 200g	Unidade	260		
1.26	Margarina, óleos vegetais polissaturados, com sal, lecitina de soja, ácido cítrico, sorbato de potássio, ácido cítrico – 1 kg	Unidade	104		
1.27	Pão de forma, Farinha trigo/fermento/Sal/Açúcar/margarina e água, fatiado, pacote de 500g	Pacote	416		
1.28	Pão, integral, farinha de trigo integral, farinha de trigo comum, sem adição de açúcar e sem gordura, fatiado Pacote 500g	Pacote	104		
1.29	Suco, polpa congelada, Acerola, natural embalagem plástica com 100g	Unidade	780		
1.30	Suco, polpa congelada, Caju, natural embalagem plástica com 100g	Unidade	780		
1.31	Suco, polpa congelada, Goiaba, natural embalagem plástica com 100g	Unidade	780		



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

**Pregão n.º 008/2006 – Pág. 24
Versão: 30/08/2006 18:00**

1.32	Suco, polpa congelada, Manga, natural embalagem plástica com 100g	Unidade	780		
1.33	Povilho doce, amilácio mandioca, fécula pacote de 1 kg	kg	364		
1.34	Queijo curado – ralado para pão de queijo – 1 Kg	Kg	520		
1.35	Queijo , 0 a 10°C, frescal 500g	kg	364		
1.36	Queijo, leite, 0 a 10°C, parmesão ralado pacote 100g	Pacote	260		
1.37	Refrigerante, água gasosa/xarope, guaraná garrafa Pet 600	Garrafa	2080		
1.38	Suco, líquido, Abacaxi, natural concentrado garrafa 500ml	Garrafa	156		
1.39	Suco, líquido, Goiaba, natural concentrado garrafa 500ml	Garrafa	156		
1.40	Suco, líquido, Maracujá, natural concentrado garrafa 500ml	Garrafa	156		
1.41	Suco, líquido, Uva, natural concentrado garrafa 500ml	Garrafa	156		
1.42	Torrada, açúcar, farinha de trigo, sal e soro de leite pacote 160 g	Pacote	104		
PREÇO TOTAL DA PROPOSTA					

Obs: O licitante deverá indicar a marca do produto cotado.



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho**

1

**CONTRATO PR-008/2006 -
FORNECIMENTO DE GÊNEROS
ALIMENTÍCIOS PARA O EXERCÍCIO
DE 2007 (Processo TST n.º
88.646/2006-8).**

CONTRATANTE: **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 00.509.968/0001-48, sediado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 8, Lote 1, Brasília, DF, CEP 70070-600, telefone geral (61) 3314-4300, doravante denominado simplesmente Contratante, neste ato representado pela Diretora da Secretaria Administrativa, **CLÁUDIA BRUNO CASTELLO BRANCO**.

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, com sede no, CEP, telefone (61), fax (61), doravante denominada simplesmente Contratada, neste ato representada pelo

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS DO CONTRATO

Este contrato fundamenta-se:

- I - no Pregão n.º 008/2006, conforme a Lei n.º 10.520/2002 e o Decreto n.º 3.555/2000;
- II - nos termos propostos pela Contratada que, simultaneamente:
 - a) constem no Processo Administrativo TST n.º 88.646/2006-8;
 - b) não contrariem o interesse público;
- III - nas determinações das Leis n.ºs 8.666/93, 8.078/90 e 9.784/99;
- IV - nos preceitos de direito público;
- V - supletivamente, nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições do direito privado.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Este contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios, abaixo relacionados, para o exercício de 2007, nos termos e condições constantes no edital e neste contrato.

ITEM	SUBITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	CONSUMO ANUAL	CONSUMO SEMANAL
1	1.1	Adoçante líquido, estévia, dietético – frasco 100 ml	Unidade	520	10
	1.2	Água Mineral, com gás, garrafa de vidro 500 ml	Garrafa	4992	96
	1.3	Amido, milho, caixa 1 Kg	Kg	104	2
	1.4	Aveia, flocos finos, 1 ano, caixa 500 g	Caixa	52	1
	1.5	Biscoito, quadrado, salgado, água e sal pacote 200g	Pacote	520	10
	1.6	Café, Capuccino solúvel, pó, comum	lata	520	10
	1.7	Chá de boldo, caixa 45g	Caixa	520	10
	1.8	Chá de camomila, caixa 45g	Caixa	520	10
	1.9	Chá de hortelã, caixa 45g	Caixa	520	10
	1.10	Chá de maçã, caixa 45g	Caixa	520	10
	1.11	Chocolate granulado, 100 g	Pacote	104	2
	1.12	Coco ralado, 100g	Pacote	156	3
	1.13	Creme de leite, 300g	Lata	260	5
	1.14	Farinha de trigo, 1 kg	Kg	520	10
	1.15	Fermento Bio. p/3, tablete 250 g	Unidade	104	2
	1.16	Fermento em pó, 100g	Lata	208	4
	1.17	Fubá, pó fino, isento de sujidade, mofo e fermentação, amarela, milho 1Kg	Kg	104	2
	1.18	Gelatina, alimentícia, comum, sem sabor, pó, pacote 85g	Caixa	52	1
	1.19	Gelatina, variado, sobremesa, dietético, pó, sem adição de açúcar, dextrose, glicose e sacarose, 12 g	Caixa	520	10
	1.20	Granola, pacotes de 500g	Pacote	156	3
	1.21	logurte, leite desnatado, dietético com polpa de fruta natural, sem adoção de açúcar, diversos garrafa 1 litro	Garrafa	156	3
	1.22	Leite condensado, leite integral/açúcar/leite em pó integral e lactose, 1 ano	Lata	520	10
	1.23	Leite coco, integral, leite de coco/benzoato sódico/caboximetilcelulose, 200ml –1 ano	Vidro	104	2
	1.24	Leite de vaca, <i>in natura</i> , embalagem tetra brik (caixinha), integral, 120 d, ambiente seco e arejado – caixa de 1 litro	Unidade	3744	72



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

ITEM	SUBITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	CONSUMO ANUAL	CONSUMO SEMANAL
	1.25	Manteiga, sal, tablete 200g	Unidade	260	5
	1.26	Margarina, óleos vegetais polissaturados, com sal, lecitina de soja, ácido cítrico, sorbato de potássio, ácido cítrico – 1 kg	Unidade	104	2
	1.27	Pão de forma, Farinha trigo/fermento/Sal/Açúcar/ margarina e água, fatiado, pacote de 500g	Pacote	416	8
	1.28	Pão, integral, farinha de trigo integral, farinha de trigo comum, sem adição de açúcar e sem gordura, fatiado Pacote 500g	Pacote	104	2
	1.29	Suco, polpa congelada, Acerola, natural embalagem plástica com 100g	Unidade	780	15
	1.30	Suco, polpa congelada, Caju, natural embalagem plástica com 100g	Unidade	780	15
	1.31	Suco, polpa congelada, Goiaba, natural embalagem plástica com 100g	Unidade	780	15
	1.32	Suco, polpa congelada, Manga, natural embalagem plástica com 100g	Unidade	780	15
	1.33	Povilho doce, amilácio mandioca, fécula pacote de 1 kg	Kg	364	7
	1.34	Queijo curado – ralado para pão de queijo – 1 Kg	kg	520	10
	1.35	Queijo , 0 a 10°C, frescal 500g	Unidade	364	7
	1.36	Queijo, leite, 0 a 10°C, parmesão ralado pacote 100g	Pacote	260	5
	1.37	Refrigerante, água gasosa/ xarope, guaraná, garrafa Pet 600	Garrafa	2080	40
	1.38	Suco, líquido, Abacaxi, natural concentrado garrafa 500ml	Garrafa	156	3
	1.39	Suco, líquido, Goiaba, natural concentrado garrafa 500ml	Garrafa	156	3
	1.40	Suco, líquido, Maracujá, natural concentrado garrafa 500ml	Garrafa	156	3
	1.41	Suco, líquido, Uva, natural concentrado garrafa 500ml	Garrafa	156	3
	1.42	Torrada, açúcar, farinha de trigo, sal e soro de leite pacote 160 g	Pacote	104	2

Subcláusula primeira. O fornecimento será realizado por demanda, de acordo com as necessidades do Contratante.

Subcláusula segunda. O Contratante poderá efetuar os pedidos de fornecimento sempre que julgar necessário o abastecimento da despensa, não estando obrigado a incluir todos os produtos supracitados; embora respeitando os pedidos mínimos estabelecidos para cada subitem.



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho**

4

Subcláusula terceira. O prazo de validade dos produtos, em cada fornecimento, deverá ser suficiente para garantir o seu integral consumo.

Subcláusula quarta. Para cada pedido de fornecimento será expedida uma ordem de serviços, por escrito, com a respectiva data de emissão e prazo para entrega, em 2 vias de igual teor, assinada pelo representante do Contratante.

Subcláusula quinta. Em cada fornecimento serão entregues, ao servidor do Contratante incumbido de buscá-los, as quantidades solicitadas dos produtos relacionados na ordem de fornecimento.

Subcláusula sexta. A quantidade acima especificada para o consumo durante o exercício de 2007 é estimada, podendo variar para mais ou para menos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Este contrato tem vigência a partir da sua assinatura e extingue-se ao término do exercício financeiro de 2007.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

O valor total estimado deste contrato é R\$
(.....).

Subcláusula primeira. Os preços unitários e totais encontram-se discriminados na planilha anexa.

Subcláusula segunda. Já estão incluídas no preço total todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão-de-obra e demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

Os preços serão fixos e irrealizáveis, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao Contratante, programa de trabalho, elemento de despesa, nota de empenho, emitida em .../.../....

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS

A Contratada deverá entregar os produtos no prazo máximo de 24 horas, contadas a partir do recebimento da ordem de fornecimento .

Subcláusula primeira. Os prazos de adimplemento das obrigações contratadas admitem prorrogação nos casos e condições especificados no parágrafo 1º do artigo 57 da Lei



n.º 8.666/93, e a solicitação dilatória, sempre por escrito, fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, deverá ser recebida contemporaneamente ao fato que a ensejar.

Subcláusula segunda. A solicitação de prorrogação deverá ser encaminhada com antecedência mínima de 1 dia do vencimento, anexando-se documento comprobatório do alegado pela Contratada.

Subcláusula terceira. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do Contratante.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução das obrigações contratuais será fiscalizada por servidor ou comissão composta de, no mínimo, 3 servidores do Contratante, a quem se denomina Fiscalização, que terá autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e controle da execução contratual.

Subcláusula primeira. À Fiscalização compete, entre outras atribuições:

- I - solicitar à Contratada e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente cópia dos documentos que comprovem essas solicitações de providências;
- II - solicitar a imediata substituição de quaisquer dos produtos fornecidos que forem julgados em desacordo ou insatisfatórios;
- III - acompanhar e atestar mensalmente o recebimento definitivo dos produtos e indicar as ocorrências de indisponibilidade dos serviços contratados;
- IV - encaminhar à Secretaria Administrativa os documentos que relacionem as ocorrências que impliquem multas a serem aplicadas à Contratada;
- V - notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução contratual para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

Subcláusula segunda. A fiscalização da execução contratual será exercida por intermédio do Serviço de Apoio Administrativo, o qual anotarás, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando as medidas necessárias à regularização das falhas ou defeitos observados, e ao qual caberá, ainda, o atesto das respectivas notas fiscais.



Subcláusula terceira. A Contratada não poderá, em hipótese nenhuma, proceder o fornecimento dos produtos sem prévia emissão, pela Fiscalização, da correspondente ordem de fornecimento.

Subcláusula quarta. A ação da Fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, mediante recibo, o objeto deste contrato será recebido:

- I - provisoriamente, imediatamente após efetuado cada fornecimento, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações e com a proposta;
- II - definitivamente, em até 3 dias úteis.

Subcláusula primeira. Os produtos entregues em desacordo com o especificado neste contrato, no edital ou na proposta da Contratada serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a Contratada será obrigada a substituí-los no prazo assinado pela Fiscalização, sob pena de ser considerada em atraso quanto ao prazo de entrega.

Subcláusula segunda. Caso ocorra rejeição total ou parcial da entrega, a Contratada será notificada mediante ofício, estando obrigada a substituir os itens em desconformidade no prazo fixado pela Fiscalização, ficando suspenso o pagamento até que sanada a situação.

Subcláusula terceira. Independentemente da aceitação definitiva, a Contratada garantirá a qualidade de cada unidade do produto fornecido pelo prazo estabelecido na respectiva validade pelo produtor ou fornecedor, obrigando-se a repor aquele impróprio para o consumo, desde que a deterioração do item não tenha ocorrido por guarda, emprego ou manuseio indevidos.

Subcláusula quarta. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

CLÁUSULA DEZ - DO PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, em moeda corrente nacional, mediante depósito na conta bancária indicada pela Contratada, em até 10 dias úteis após o recebimento definitivo, condicionados à apresentação das notas fiscais devidamente atestadas pelo servidor designado para receber o objeto.



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

Subcláusula primeira. As notas fiscais e os documentos exigidos no edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, no Serviço de Material e Patrimônio, situado no SAFS, Quadra 8, Lote 1, Bloco A, 4º andar, sala 420.

Subcláusula segunda. A cópia da ordem de fornecimento deverá ser anexada à respectiva nota fiscal, para efeito de pagamento.

Subcláusula terceira. Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.

Subcláusula quarta. A retenção dos tributos não será efetuada caso a Contratada apresente, junto com sua nota fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

Subcláusula quinta. O Contratante pagará à Contratada a atualização monetária sobre o valor devido entre a data do adimplemento das obrigações contratuais e a do efetivo pagamento, excluídos os períodos de carência para recebimento definitivo e liquidação das despesas previstos neste contrato, utilizando o índice publicado pela Fundação Getúlio Vargas que represente o menor valor acumulado no período, desde que a Contratada não tenha sido responsável, no todo ou em parte, pelo atraso no pagamento.

Subcláusula sexta. A Contratada deverá apresentar atualizados, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- I - Certidão Negativa de Débitos – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, fornecida pela SRP, com exigência prevista no art. 523 da IN MPS/SRP n.º 3, de 14/7/2005;
- II - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
- III - Certidão Conjunta, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, conforme prevê o Decreto n.º 5.586, de 19/11/2005.

Subcláusula sétima. Se a validade dos documentos estiver expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.



CLÁUSULA ONZE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a Contratada a envidar todo o empenho necessário ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados e, ainda, a:

- I - entregar os produtos no prazo máximo determinado na cláusula sétima;
- II - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos representantes do Contratante, atendendo de imediato às reclamações;
- III - garantir a qualidade de cada unidade dos produtos fornecidos pelo prazo estabelecido na respectiva validade pelo produtor ou fornecedor;
- IV - acatar as instruções e observações que emanem da Fiscalização do Contratante, substituindo, sem ônus, qualquer produto não aceito;
- V - indicar ao setor competente do Contratante o responsável pelo fornecimento;
- VI - cumprir fielmente, na forma especificada na ordem de fornecimento, todas as provisões determinadas;
- VII - substituir, sempre que exigido pelo Contratante, qualquer um dos itens fornecidos que forem julgados prejudiciais ou insatisfatórios;
- VIII - responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Contratante;
- IX - responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

Subcláusula primeira. A Contratada não será responsável:

- I - por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- II - por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos

neste contrato.

Subcláusula segunda. O Contratante não aceitará, sob pretexto algum, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.



CLÁUSULA DOZE - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O Contratante, durante a vigência deste contrato, compromete-se a:

- I - proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir o livre acesso dos representantes da Contratada às dependências do Contratante relacionadas à execução do contrato;
- II - promover os pagamentos dentro do prazo estipulado neste contrato;
- III - fornecer atestados de capacidade técnica, quando solicitado, desde que atendidas as obrigações contratuais;
- IV - exercer permanente fiscalização da execução dos serviços, por intermédio do Serviço de Apoio Administrativo, o qual anotarás, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando as medidas necessárias à regularização das falhas ou defeitos observados;
- V - notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução contratual para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- VI - exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com este contrato e os termos de sua proposta.

Subcláusula única. Após a assinatura do contrato, o Contratante designará, formalmente, servidor ou comissão de servidores para exercerem acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos da cláusula oitava.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES SOBRE A CONTRATADA

No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o Contratante, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções administrativas:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a União;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Subcláusula primeira. O atraso injustificado no prazo de entrega dos produtos implicará multa correspondente a 1%, por dia de atraso, calculada sobre o valor total da nota de empenho correspondente, até o limite de 30% desse valor.



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho**

Subcláusula segunda. Na hipótese mencionada na subcláusula anterior, o atraso injustificado por período superior a 30 dias caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos incisos III e IV do *caput* desta cláusula.

Subcláusula terceira. O descumprimento no prazo para retirada da nota de empenho ou a recusa em aceitá-la implicará a cobrança de multa equivalente a 20% do valor do contrato ou da nota de empenho e no impedimento para contratar com o TST por um período de até 2 anos, a critério da Administração.

Subcláusula quarta. As multas porventura aplicadas serão descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

Subcláusula quinta. Aquele que ensejar o retardamento da execução do objeto contratual, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar sua execução, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Subcláusula sexta. Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

Subcláusula sétima. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do Contratante, na forma da lei.

CLÁUSULA QUATORZE - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO DA CONTRATADA

A Contratada declara, no ato de celebração deste contrato, estar plenamente habilitada à assunção dos encargos contratuais e assume o compromisso de manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINZE - DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93.



CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, via termo aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

CLÁUSULA DEZESSETE - DA RESCISÃO

Constituem motivos incondicionais para rescisão do contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, inclusive com as conseqüências do artigo 80, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DEZOITO - DA UTILIZAÇÃO DO NOME DO CONTRATANTE

A Contratada não poderá, salvo em *curriculum vitae*, utilizar o nome do Contratante ou sua qualidade de Contratada em quaisquer atividades de divulgação profissional como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão deste contrato.

Subcláusula única. A Contratada não poderá, também, pronunciar-se em nome do Contratante à imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades deste, bem como a sua atividade profissional, sob pena de imediata rescisão contratual e sem prejuízo das demais cominações cabíveis.

CLÁUSULA DEZENOVE - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

Tal como prescrito na lei, o Contratante e a Contratada não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA VINTE - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A Administração do Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

Subcláusula primeira. Para os casos previstos no *caput* desta cláusula, o Contratante poderá atribuir a uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

Subcláusula segunda. Os agentes públicos responderão, na forma da lei, por prejuízos que, em decorrência de ação ou omissão dolosa ou culposa, causarem à Administração no exercício de atividades específicas do cumprimento deste contrato, inclusive nas análises ou autorizações excepcionais constantes nestas disposições finais.



**Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho**

Subcláusula terceira. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão do Contratante, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

Subcláusula quarta. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução deste contrato, a Contratada fica desde já compelida a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração em seu endereço ou telefone.

Subcláusula quinta. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VINTE E UM - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de Brasília, DF, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam este termo em três vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Brasília, de de 2006.

CONTRATANTE

CONTRATADA



ANEXO I
PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

ITEM	SUB-ITEM	DESCRIÇÃO	NID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1.1	Adoçante líquido, estévia, dietético – frasco 100 ml	Unidade	104		
	1.2	Água Mineral, com gás, garrafa de vidro 500 ml	Garrafa	1560		
	1.3	Amido, milho, caixa 1 Kg	Kg	52		
	1.4	Aveia, flocos finos, 1 ano, caixa 500 g	Caixa	52		
	1.5	Biscoito, quadrado, salgado, água e sal pacote 200G	Pacote	260		
	1.6	Café, Capuccino solúvel, pó, comum	lata	208		
	1.7	Chá de boldo, caixa 45g	Caixa	208		
	1.8	Chá de camomila caixa 45g	Caixa	208		
	1.9	Chá de hortelã caixa 45g	Caixa	208		
	1.10	Chá de maçã caixa 45g	Caixa	208		
	1.11	Chocolate granulado 100 g	Pacote	52		
	1.12	Coco ralado 100g	Pacote	52		
	1.13	Creme de leite 300g	Lata	156		
	1.14	Farinha de trigo, 1 kg	Kg	364		
	1.15	Fermento Bio. p/3, tablete. 250 g	Unidade	52		
	1.16	Fermento em pó, 100g	Lata	104		
	1.17	Fubá, pó fino, isento de sujidade, mofo e fermentação, amarela, milho 1Kg	Kg	52		
	1.18	Gelatina, alimentícia, comum, sem sabor, pó, pacote 85g	Caixa	52		
	1.19	Gelatina, variado, sobremesa, dietético, pó, sem adição de açúcar, dextrose, glicose e sacarose, 12 g	Caixa	520		
	1.20	Granola, pacotes de 500g	Pacote	156		
	1.21	logurte, leite desnatado, dietético com polpa de fruta natural, sem adoção de açúcar, diversos garrafa 01 litro	Garrafa	156		
	1.22	Leite condensado, leite integral/açúcar/leite em pó integral e lactose, 1 ano	Lata	104		
	1.23	Leite coco, integral, leite de coco/benzoato sódico/ caboximetilcelulose, 200ml –1 ano	Vidro	52		



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

1.24	Leite de vaca, in natura, embalagem tetra brik (caixinha), integral, 120 d, ambiente seco e arejado – caixa de 1 litro	Unidade	1.560		
1.25	Manteiga, sal, tablete 200g	Unidade	260		
1.26	Margarina, óleos vegetais polissaturados, com sal, lecitina de soja, ácido cítrico, sorbato de potássio, ácido cítrico – 1 kg	Unidade	104		
1.27	Pão de forma, Farinha trigo/fermento/Sal/Açúcar/ margarina e água, fatiado, pacote de 500g	Pacote	416		
1.28	Pão, integral, farinha de trigo integral, farinha de trigo comum, sem adição de açúcar e sem gordura, fatiado Pacote 500g	Pacote	104		
1.29	Suco, polpa congelada, Acerola, natural embalagem plástica com 100g	Unidade	260		
1.30	Suco, polpa congelada, Caju, natural embalagem plástica com 100g	Unidade	260		
1.31	Suco, polpa congelada, Goiaba, natural embalagem plástica com 100g	Unidade	260		
1.32	Suco, polpa congelada, Manga, natural embalagem plástica com 100g	Unidade	260		
1.33	Povilho doce, amilácio mandioca, fécula pacote de 1 kg	kg	364		
1.34	Queijo curado – ralado para pão de queijo – 1 Kg	Kg	104		
1.35	Queijo , 0 a 10°C, frescal 500g	kg	260		
1.36	Queijo, leite, 0 a 10°C, parmesão ralado pacote 100g	Pacote	260		
1.37	Refrigerante, água gasosa/ xarope, guaraná garrafa Pet 600	Garrafa	520		
1.38	Suco, líquido, Abacaxi, natural concentrado garrafa 500ml	Garrafa	52		
1.39	Suco, líquido, Goiaba, natural concentrado garrafa 500ml	Garrafa	52		
1.40	Suco, líquido, Maracujá, natural concentrado garrafa 500ml	Garrafa	52		
1.41	Suco, líquido, Uva, natural concentrado garrafa 500ml	Garrafa	52		
1.42	Torrada, açúcar, farinha de trigo, sal e soro de leite pacote 160 g	Pacote	104		
PREÇO TOTAL DA PROPOSTA					

Obs: O Contratante deverá indicar a marca do produto cotado.